Valor ECONÔMICO
Publicado em 29/06/2023 - 05:58

Appy descarta alíquota de 30% para IVA

Entrevista Segundo o secretário especial, ministro da Fazenda deve dedicar esta semana e a próxima aos entendimentos em torno da reforma tributária

Alíquota do IBS em 'hipótese nenhuma' chegará a 30%, diz Appy

Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Raphael Di Cunto
De Brasília

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou nessa quarta-feira em entrevista ao **Valor** que em "hipótese nenhuma" a alíquota do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) chegará a 30%.

Appy explicou que a alíquota será calibrada para manter a arrecadação nos níveis atuais. Os técnicos estimaram que, para atingir esse objetivo, a alíquota deveria ser de 25%, num cenário em que houvesse um só nível de tributação.

No entanto, a proposta em discussão no Congresso estabelece três níveis: uma alíquota padrão, uma equivalente a 50% da padrão, e uma igual a zero. Assim, para manter a conta equilibrada, a alíquota tende a ficar maior do que os 25% inicialmente estimados.

Quanto mais exceções houver na reforma, maior terá de ser a alíquota padrão, alertou o secretário. Esse argumento tem sido usado para contrapor pressões por tratamentos privilegiados quer ocorrem no Congresso.

Daqui até a votação da proposta, é tempo de muita negociação, comentou Appy. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que dedicaria esta semana e a próxima aos entendimentos em torno da reforma tributária. O objetivo é criar condições para aprovar o texto no plenário da Câmara. Idealmente, em julho.

A resistência de setores que temem aumento de carga tributária, como o de serviços, é uma das grandes frentes de diálogo. A outra envolve Estados e municípios.

A União se propôs a desembolsar R$ 160 bilhões para permitir que o fim dos incentivos fiscais do Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) ocorra sem prejudicar as empresas beneficiadas e sem motivar ações na Justiça. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Qual a expectativa do Executivo sobre os próximos passos da reforma?*

Bernard Appy: O "timing" da votação é decisão do Congresso Nacional, não é do Executivo. O Executivo acompanha as discussões e tenta ajudar para que o desenho construído seja o melhor possível. Pela sinalização do próprio Congresso, a expectativa é votar na próxima semana ou na semana seguinte. Agora será um período de muita negociação para fazer com que o texto chegue com condições de ser aprovado no plenário.

Valor: *Pode ser adiado para depois do recesso, em agosto?*

Appy: Por enquanto, não trabalhamos com essa hipótese.

Valor: *Quais são os principais entraves? O ministro vai entrar mais firme nas discussões?*

Appy: São os de sempre. Ainda tem algumas questões setoriais sendo discutidas, embora eu ache que o parecer já tenha alcançado um desenho que cria um ambiente favorável à aprovação. E outra são as questões federativas. O ministro [Haddad] de fato pretende entrar diretamente nas negociações. Mas, sempre lembrando que é um trabalho do Congresso. Nosso trabalho é ajudar.

Valor: *Os R$ 160 bilhões que serão aportados pela União para o fundo de compensação para os incentivos fiscais do ICMS serão suficientes ou talvez precise abrir uma negociação em torno deste valor?*

Appy: Pelos dados que conhecemos, esse valor deve estar bastante próximo do necessário para viabilizar a convalidação [dos benefícios do ICMS], nos termos que estão colocados no relatório.

Valor: *Tem um artigo na PEC que diz que a União compensará eventuais insuficiências. Não corre risco de que cresça muito esse valor?*

Appy: A negociação com os Estados exigiu separar o que é recurso do Fundo de Desenvolvimento Regional do que é o Fundo de Compensação de Perdas. Volto a falar: nossa avaliação é que os R$ 160 bilhões colocados devem ser suficientes ou muito próximos do necessário.

Valor: *O governador Ronaldo Caiado (União) disse que é insuficiente, porque só Goiás concede R$ 15 bilhões por ano de incentivos.*

Appy: O próprio substitutivo define quais são os benefícios que poderão ter essa compensação. Não são todos. Primeiro: os benefícios que não são industriais não são alcançados. Assim, não haverá necessidade de recursos para compensar benefícios comerciais. Segundo: a própria emenda define critérios. Têm que ser benefícios concedidos até 30 de maio [de 2023], por prazo certo sob condição, as empresas vão precisar ter cumprido com as exigências, o ato concessório deverá estar depositado no Confaz. Então existe uma série de requisitos que dão a segurança de que o valor não vai fugir muito daquilo que está previsto.

Valor: *Por que esse artigo, então?*

Appy: É uma precaução. Para dar segurança jurídica para as empresas e ao mesmo tempo sinalizar para os Estados que não são eles que vão pagar a conta.

> "Fundamental é o tamanho do aporte da União nos fundos, por causa do custo fiscal"

Valor: *O deputado Aguinaldo Ribeiro, relator da reforma, destacou que a União está aceitando pagar pelos benefícios concedidos pelos Estados e que não foi dada a relevância devida a isso. Foi um gesto político ou pelo entendimento de que sem o fundo a reforma para?*

Appy: De fato, são os Estados que deram os benefícios. Mas existe um risco jurídico de que, se não houver a compensação, as empresas podem alegar que tinham um contrato, mas esse foi descumprido. Dado esse risco, e para poder viabilizar uma transição do ICMS que começasse em 2029, era preciso equacionar esse problema. Se deixasse esse ônus para os Estados, isso provavelmente inviabilizaria a reforma, então a União assumiu esse risco calculado.

Valor: *O governo federal ofereceu R$ 40 bilhões por ano para o fundo regional. Tem como chegar nos R$ 75 bi pedidos pelos Estados?*

Appy: Não. É muito difícil chegar a R$ 75 bilhões, é muito alto.

Valor: *Mas está aberto a aumentar um pouco mais?*

Appy: A União entende que os R$ 40 bilhões são valor relevante.

Valor: *É um ponto em que o ministro pode entrar [para decidir]?*

Appy: O ministro pode entrar em tudo [risos]. Presidente, então, pode entrar ainda mais. Nós entendemos que é um valor bastante significativo.

Valor: *Como o governo chegou a esse valor? Por que não R$ 30 bilhões ou R$ 50 bilhões?*

Appy: Essa foi decisão política do próprio ministro. Foi discutido internamente no Ministério da Fazenda e o ministro bateu o martelo sobre esse valor.

Valor: *Qual modelo de distribuição desses fundos que o Executivo federal defende?*

Appy: Se tiver um critério de repartição em que os Estados tenham um acordo por unanimidade, com certeza da União vai adotar. Se não tiver, teremos que avaliar os prós e contras das diferentes alternativas. O objetivo é reduzir desigualdades regionais de forma eficiente.

Valor: *Os Estados reclamam que os critérios não estão na PEC. Por que colocar na lei complementar?*

Appy: Se os Estados chegarem a um acordo por unanimidade, será colocado na PEC.

Valor: *A secretária de Economia de Goiás, Selene Peres Nunes, disse que há o risco de virar uma nova Lei Kandir com insegurança sobre quanto os Estados vão receber.*

Appy: Essa avaliação está incorreta. O montante que vai ser aportado está definido de forma clara na PEC. O critério de distribuição é algo que terá que ser definido. Definido o montante e o critério, não terá como não cumprir.

Valor: *A transição para os Estados começará só em 2029, mas o aporte no fundo de compensação terá início em 2025. Por quê?*

Appy: Para poder capitalizar o fundo e não deixar todo o custo lá para frente, antecipamos [o início dos aportes] para 2025. O recurso ficará guardado no fundo, não será transferido para os Estados. Será gerido pela União para compensar os benefícios. O Fundo de Desenvolvimento Regional começa em 2029, com valor de R$ 8 bilhões e chega a R$ 40 bilhões em 2033, e será transferido para os Estados para que eles possam fazer a sua política de desenvolvimento regional. Ele poderá ser usado em investimentos em infraestrutura, fomento à atividade produtiva através de subvenções às empresas e estímulo à inovação. O que não pode é usar para custeio dos próprios Estados.

Valor: *A subvenção às empresas não criará uma nova guerra fiscal?*

Appy: Os Estados vão ter autonomia. O fato é que quem aplicar bem os recursos vai gerar mais emprego, mais renda e aumentar a chance de reeleição do governador. E tudo será feito de forma transparente, ao contrário do que ocorre hoje, porque não passa pelo Orçamento. A população poderá saber quem está se beneficiando e quanto custa cada emprego gerado por cada benefício.

Valor: *Há outra preocupação dos Estados, que é o seguro-receita de 3%. Alguns defendem 5%. Qual a posição do governo federal?*

Appy: Tem um ponto que é muito importante vocês entenderem: o que temos posição fundamental é o tamanho do aporte da União nos fundos, porque isso tem um custo fiscal. Outras questões, podemos dar nossa opinião, mas a decisão final é do relator, ouvindo os Estados, os municípios. Temos opinião técnica, apresentamos as vantagens e desvantagens, e o relator toma sua decisão. O seguro-receita é uma questão interna aos Estados e municípios.

Valor: *Isso poderia diminuir o prazo de transição federativa?*

Appy: É ponto que está em discussão. Na proposta colocada, o seguro-receita é distribuído para os Estados e municípios seguindo o mesmo critério. Na proposta dos Estados, eles separam uma parte para os Estados e outra para os municípios. Tem que entender o impacto disso e mostrar para os parlamentares para que eles possam tomar sua decisão.

Valor: *Sabemos que a alíquota não será definida agora, mas há economistas com receio de que as exceções definidas agora farão com que a alíquota fique perto de 30%.*

Appy: A alíquota vai ser aquela que manterá a carga tributária atual. Depende de vários fatores. Depende de qual será a arrecadação do Imposto Seletivo. De qual será a arrecadação do diferencial de alíquotas para combustíveis fósseis e biocombustíveis, que certamente vai existir, porque a Constituição manda fazer essa diferenciação. Vai depender da regulamentação dos regimes específicos e de como a reforma vai afetar o que a gente chama de "compliance gap", que é um indicador técnico de nível de evasão e sonegação. Nossa expectativa é que a reforma reduza o "compliance gap", mas no fundo todas essas variáveis acabarão afetando a alíquota. Agora, posso lhe contar que nas nossas contas, em hipótese nenhuma, chega a 30%. Depende do desenho geral, do "compliance gap", mas tem cenários em que não fica longe dos 25%, não.

Valor: *Mas longe quanto?*

Appy: Tem cenários em que fica perto de 25%. Precisa avaliar esse conjunto de fatores que vai influenciar a alíquota básica.

Valor: *Isso não vai constar ainda da lei complementar?*

Appy: A lei complementar vai definir como serão os regimes específicos, inclusive de combustíveis, que é relevante. A partir daí, com base na lei complementar, o TCU [Tribunal de Contas da União] vai fazer a conta de qual deve ser a alíquota de equilíbrio e o Senado vai adotá-la a partir desses cálculos. A ideia é já ter o sistema rodando no modo piloto com todos esses parâmetros. Então, muito provavelmente, teremos uma noção bastante razoável de qual precisará ser a alíquota antes, mas só conseguiremos rodar esse teste depois que todos os parâmetros estiverem definidos na lei complementar. Supondo que se aprove a lei complementar em 2024, começa a ser cobrada em 2026 um alíquota de 1%. Mas até antes de 2026 terá a possibilidade de rodar alguns pilotos e ter noção razoável da alíquota.

Valor: *Como evitar a pressão agora para novas exceções?*

Appy: Aí entra a política. A política tem que ser tecnicamente informada de que as exceções têm custo que será repassado para o resto da sociedade.

Valor: *O Instituto Pensar Agro (IPA) defende redução de alíquota de 80%, e não apenas 50%, para os produtos da cesta básica e produção rural. Há como atender?*

Appy: A decisão vai ser política, mas a demanda de um setor tem custo para os demais setores. O Brasil tem grau de distorção absolutamente monumental, mas a alíquota reduzida em 50% mantém os preços dos produtos da cesta básica, em média, a níveis próximos dos atuais para o consumidor final. Não dá para fazer a conta olhando só para a alíquota nominal, sem considerar todo efeito tributário residual, que é relevante.

Valor: *80% é um exagero?*

Appy: Com 80%, certamente teria redução relevante no custo atual dos produtos da cesta básica.

> "A decisão vai ser política, mas a demanda de um setor tem custo para os demais"

Valor: *Há setores que consideram que o Imposto Seletivo está com redução muito aberta e pode tributar até mesmo energia elétrica e comunicações. Concorda que precisa ajustar ou a redução está correta?*

Appy: Acho está suficiente. Não vejo a menor chance de tributar telecomunicações com base em efeitos negativos para saúde e meio ambiente, não tem lógica nenhuma. Para energia, também, não é a ideia. É melhor deixar assim [mais aberto] porque se começar a colocar travas na Constituição, você começa a depender da interpretação do Supremo [Tribunal Federal], algo que às vezes demora 20 anos para ser julgado. No caso dos combustíveis, já estão no regime "ad rem" da CBS e terão diferenciação de alíquota entre fósseis e biocombustíveis para não gerar cumulatividade. Não vamos usar o Imposto Seletivo de forma a prejudicar a competitividade da produção nacional.

Valor: *A intenção é tributar o que, então, com o Imposto Seletivo?*

Appy: Em princípio, fumo e bebidas alcoólicas.

Valor: *O setor de serviços tem reclamado muito. Como vocês pretendem dobrar essa resistência?*

Appy: No fundo, é dobrar a resistência via bom senso. Essa generalização do setor de serviços é claramente distorcida. Tem uma parcela muito grande de serviços que será beneficiada pela reforma: os prestadores de serviços no meio da cadeia. São os que prestam serviços para outras empresas. Hoje eles não dão crédito e vão passar a gerar crédito; não ganham crédito em cima dos seus insumos e vão passar a receber. Nesses casos, o custo líquido para o tomador de serviço se reduzirá em relação ao que é hoje. A China, em 2012, fez exatamente isso: tinha tributo menor sobre serviço e a entrada do IVA teve efeito claramente positivo para as empresas de serviços que estão no meio da cadeia. Uma empresa que presta 80% do seu serviço para outras empresas e 20% para o consumidor final, precisa ter tratamento diferenciado? Não, ela vai ser favorecida em 80% das suas vendas.

Valor: *Mas e para as empresas que prestam serviço ao consumidor final e não no meio da cadeia?*

Appy: Em muitos casos, não se justifica a diferenciação. Aluguel de automóveis hoje não paga ICMS e ISS, mas faz sentido aluguel de automóveis pagar imposto menor do que a venda de automóveis? Não. E aqueles serviços importantes do ponto de vista social, que são saúde, educação e transporte público, já estão com alíquota reduzida no texto da PEC. O ideal é que tenha o mínimo possível de exceções e elas têm que ser justificadas do ponto de vista social ou ambiental.

Valor: *O Executivo pretende propor redução nos itens da cesta básica? Tem aquela discussão de que salmão e caviar são desonerados.*

Appy: O relator faz referência na PEC à cesta básica do PIS/Cofins. Tem essa discussão [sobre salmão] e, de novo, tem que avaliar os prós e contras das alternativas. Falar: "vou desonerar o coxão duro, mas não o filé mignon". Mas quem vai lá controlar se é mesmo coxão duro e não filé mignon? Tem questões que na prática são mais complicadas.

Valor: *O senhor prometeu numa audiência pública em março que divulgaria a conta por setor, para mostrar que os impactos estavam sendo divulgados de forma incorreta.. Cadê esses números?*

Appy: O sistema atual é tão complexo que é impossível ter uma estimativa perfeita do custo atual por produto e por setor. Temos algumas. Mas, de repente, eu abro o número e vai lá [alguém questionar que] "não, essa estimativa não é ideal do ponto de vista metodológico"... Então temos estimativas que consideramos e sabemos o grau de razoabilidade. Temos bons parâmetros, que colocamos para os parlamentares.

Valor: *Mas para os setores não era bom colocar também?*

Appy: Vamos ver, vamos ver, vamos olhar [isso].

ANA PAULA PAIVA/VALOR – 15/6/2023

Appy: "O 'timing' da votação é decisão do Congresso [...]. A expectativa é votar na próxima semana ou na seguinte"

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 11

Copyright © Clipclap 2025.